

# o povo contra

por que  
nossa liberdade  
corre perigo  
e como salvá-la  
yascha mounk

---

COMPANHIA DAS LETRAS

# a democracia

## Prefácio à edição brasileira

É uma fraqueza comum da mente humana projetar tendências passadas muito adiante no futuro — achar que uma ação que subiu rapidamente nos últimos anos continuará com o valor nas alturas ou que o time campeão das últimas cinco temporadas voltará a triunfar sobre os adversários. E, contudo, a definição de loucura às vezes reside não em esperar que um mesmo movimento acabe produzindo um resultado diferente, mas, antes, em presumir que seguirá tendo o mesmo desfecho. Quando a quantidade de carruagens em Nova York cresceu acentuadamente no início do século xx, um relatório advertia que cada palmo da cidade ficaria coberto de esterco; então o carro foi inventado.

Refletindo sobre essa propensão bastante humana enquanto dava os últimos retoques no livro, não pude deixar de me perguntar se meus prognósticos mais pessimistas sobre a perigosa ascensão do populismo não poderiam em pouco tempo se revelar equivocados. Será que assistiremos em breve a uma reversão do crescimento impressionante do populismo autoritário — a eleição de Donald Trump, a consolidação de Rodrigo Duterte no po-

der nas Filipinas ou a rápida ascensão da Alternativa para a Alemanha — que acabamos de testemunhar?

No devido tempo, é bem possível. Mas os eventos do último ano, pelo mundo todo e especialmente no Brasil, sugerem outra conclusão: por ora, a ameaça populista à democracia é mais séria do que nunca.

Nos Estados Unidos, Donald Trump continua a atacar abertamente as instituições democráticas. Após ameaçar de prisão sua principal adversária durante a campanha e pôr em dúvida se respeitaria o resultado da eleição, no governo ele tem solapado a independência de instituições cruciais e ameaçado decretar estado de emergência nacional. Até o momento, a República americana resistiu a seus ataques erráticos. Mas, mesmo que Trump perca a eleição de 2020 e deixe a Casa Branca coberto de infâmia, sua presidência terá exposto a fragilidade da democracia mais antiga do mundo. Pois a despeito de seu descarado desprezo pelas tradições democráticas e dos constantes escândalos que assolam seu governo, ele consolidou o controle do Partido Republicano, furtou-se a prestar contas perante o Congresso e expandiu os poderes da presidência.

O que nos chega da Europa é igualmente sombrio. Falando em Fulton, Missouri, em março de 1946, Winston Churchill lamentou a Cortina de Ferro que descia sobre o coração da Europa, de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático. Hoje, é possível percorrer a estrada ao longo dessa falha geológica da história — começando na Polônia e na República Tcheca e passando pela Hungria e pela Áustria — sem nunca deixar um país governado por populistas autoritários.

Para ficar num exemplo: com sua vibrante sociedade civil, histórico de eleições livres e justas e PIB relativamente elevado, os cientistas políticos há muito proclamaram a Hungria uma “democracia consolidada”. Desde a eleição de Viktor Orbán, em

2010, o país marcha, como mostro nas páginas deste livro, a passos largos rumo à autocracia: Orbán encheu de sectários o supremo tribunal da Hungria e sua poderosa comissão eleitoral, transformou os canais de televisão estatais em veículos de propaganda, entregou jornais importantíssimos nas mãos de seus aliados e causou graves danos ao sistema eleitoral do país. No ano passado, o governo recrudescceu ainda mais a repressão. Uma grande universidade foi forçada a deixar o país. Orbán foi rebatizado primeiro-ministro em eleições na maior parte livres, mas não mais justas. Segundo um painel de especialistas internacionais, o país não podia mais ser classificado como “livre”.

Seria tentador pôr os estarrecedores acontecimentos de lugares como a Hungria, a Polônia e a República Tcheca na conta de seu longo legado de governo totalitário ou do caráter recente de suas instituições democráticas. Mas a triste verdade é que esses mesmos acontecimentos estão rapidamente criando raízes em partes do continente que foram democráticas por muito mais tempo. Na Itália, os populistas abocanharam quase dois terços da votação nas eleições do ano passado; o Movimento Cinco Estrelas e a Liga estão formando nesse momento um governo populista de esquerda-direita que remete à tradição dos pactos vermelho-marrom. A situação na Áustria não é muito melhor: embora Sebastian Kurz, o mais jovem chanceler do país, seja membro de um partido político tradicionalmente moderado, a agenda do governo é ditada sobretudo por seus parceiros de coalizão populista, o Partido da Liberdade, de extrema direita.

Como resultado desses e outros acontecimentos similares, a democracia prossegue em seu encolhimento global. Segundo novo relatório da Freedom House, adentramos o 13º aniversário de uma “recessão democrática”: em cada um dos últimos treze anos, mais países se afastaram da democracia do que foram em sua direção. As quatro democracias mais populosas do mundo são hoje governadas por populistas autoritários...

... o que, é claro, nos leva ao Brasil. Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos; e, também como eles, atacou as regras e normas mais básicas das instituições do país — chegando a ponto de elogiar a ditadura militar que dominou o país por duas cruéis décadas.

O que define o populismo é essa reivindicação de representação exclusiva do povo — e é essa relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes que com tamanha frequência põe os populistas em rota de colisão direta com a democracia liberal. Desse modo, a eleição de Jair Bolsonaro deve ser encarada como o evento mais significativo na história brasileira desde a queda da ditadura militar: pelos próximos anos, o povo terá de lutar pela própria sobrevivência da democracia liberal.

Os brasileiros conseguirão salvar a democracia brasileira? E terá o leitor deste livro algo a contribuir para essa que é a mais nobre das causas?

A resposta a ambas as questões é sim.

Há alguns meses, meu colega Jordan Kyle e eu começamos a montar o primeiro estudo sistemático do impacto que populistas do mundo todo tiveram sobre as instituições democráticas de seus países. Nossos resultados são desanimadores. A probabilidade de um populista causar um estrago duradouro ao grau em que um país pode ser considerado democrático é quatro vezes maior do que a de outros tipos de governantes eleitos. Apenas uma pequena minoria de presidentes e primeiros-ministros populistas deixa o governo por perder eleições livres e justas ou chegar ao fim do mandato. Quase metade conseguiu mudar a Constituição para se conceder poderes expandidos. Muitos restringem significativamente as liberdades políticas e civis desfrutadas por aqueles

sob seu governo. E embora na campanha não raro prometam erradicar a corrupção, os países que governam ficaram, em média, *mais* corruptos.

Mas, apesar das más notícias, a principal lição a tirar desse estudo está longe de ser fatalista. Afinal, ele demonstrou que em muitos casos uma oposição disciplinada e atuante conseguiu fazer frente às tentativas do governo de expandir seus poderes. Assim como há populistas autoritários que concentraram poder nas próprias mãos e minaram as liberdades de seus súditos, também há casos em que os cidadãos removeram aspirantes a autocrata do governo com uma vitória acachapante nas urnas ou por meio de impeachment, devido à corrupção generalizada.

As evidências sugerem fortemente que a democracia brasileira corre grave perigo. Mas levam a crer também que o destino do país depende hoje das ações de defensores da democracia. Mas o que eles — você — podem fazer?

A experiência de outros países sugere três lições principais. Primeiro, a oposição sempre subestima o populista, deixando de enxergar a astúcia que espreita sob suas bravatas. Dos venezuelanos de classe alta que se convenceram de que Chávez não teria capacidade para continuar no poder aos italianos cultos que tinham certeza de que seus compatriotas em pouco tempo perceberiam que Silvio Berlusconi não passava de um charlatão ridículo, todos continuaram a escarnecer enquanto a vaca ia para o brejo. Com frequência, esse desdém pela figura de proa do populismo vinha acompanhado de uma palpável depreciação de seus partidários.

É fundamental que os brasileiros não cometam o mesmo erro: Bolsonaro é o adversário mais poderoso que a democracia brasileira enfrenta em meio século, e seus partidários são cidadãos que, como você, terão que compartilhar o país por uma década ou até um século. Não o subestime e não menospreze essas pessoas.

Segundo, os opositores dos populistas muitas vezes deixam de trabalhar unidos até se verem juntos na impotência. Na maioria dos países, os populistas só alcançam o cargo máximo porque seus adversários fracassam em concluir um pacto eleitoral. E embora seja natural presumir que a ameaça autoritária possa nos ajudar a enxergar as coisas com mais lucidez, o oposto geralmente se mostra verdadeiro: aflitos e apavorados, os adversários do populista começam a fazer o jogo político da pureza, impondo testes ainda mais decisivos a seus potenciais parceiros e recusando-se a abraçar antigos aliados do populista dispostos a lhe dar as costas.

Todos os brasileiros que reconhecem o perigo representado por Bolsonaro e estão comprometidos tanto com a liberdade individual como com a autodeterminação coletiva precisam trabalhar juntos, a despeito de suas enormes diferenças políticas. Você poderá voltar à luta por taxas de impostos mais justas ou debater os limites do Estado de bem-estar social depois que esse perigo iminente tiver sido afastado. Por ora, é preciso união — ou sujeitar-se à cisão.

Terceiro, os oponentes dos populistas muitas vezes deixam de visualizar uma perspectiva positiva para um país melhor. Em vez de tentar convencer seus colegas cidadãos de que eles podem oferecer benefícios tangíveis, concentram-se apenas nas falhas gritantes de seus inimigos. Se ao menos conseguissem chamar a atenção para suas mentiras, preconceitos e mau gosto, o país finalmente levaria um susto e acordaria do pesadelo, atônito — é o que parecem pensar.

Mas a maioria dos partidários dos populistas tem plena consciência de que seu líder mente, dissemina mensagens de ódio e não passa de um bronco. Convencidos de que os políticos tradicionais nada têm a lhes oferecer, é precisamente isso que os atrai nele. Sempre existe a chance, dizem a si mesmos, de que o populista realize uma fração de suas promessas irrealis. E, pelo menos, ele vai poupá-los da hipocrisia envaidecida da velha-guarda.

É crucial que os políticos da oposição evitem a armadilha de deixar Bolsonaro determinar a agenda política, concentrando-se exclusivamente em suas falhas pessoais e políticas. Em vez de denunciar as palavras afrontosas que estão sempre saindo dos lábios dos populistas, eles deveriam tentar uma estratégia própria. Pois somente quando os cidadãos se sentem mais esperançosos do que fatalistas — apenas quando recuperam a confiança de que políticos mais moderados lutarão e trabalharão por eles — eles mudam seu voto. Para resgatar o país, os defensores da democracia liberal precisam provar para seus concidadãos não só que Bolsonaro é ruim para a nação, como também que eles podem fazer um trabalho melhor.

A batalha pela sobrevivência da democracia brasileira ainda não foi perdida. Ao contrário dos cidadãos da Turquia e da Hungria, você ainda tem nas mãos a capacidade de brigar por seus valores. Um excelente começo é protestar sempre que o presidente tentar expandir seu poder. Afinal, nada melhor do que centenas de milhares de pessoas de todas as classes e etnias tomando as ruas em uma jubilosa celebração da democracia para demonstrar que Bolsonaro não fala em nome de todo o povo.

Se você se importa com a proteção de sua liberdade, é seu dever solene exercer seus direitos antes que o novo presidente os tire de vez. Mas vá com calma: salvar uma democracia de um populista perigoso é como correr uma ultramaratona — e você acaba de transpor o primeiro quilômetro.

## Conclusão

### Lutar por nossas convicções

Quando um sistema político perdura por décadas ou séculos, é fácil, para quem nunca conheceu outro sistema, presumir que ele seja imutável. A história, ao que lhes parece, enfim estacou. A estabilidade reinará para todo o sempre.

Mas, embora as crônicas da humanidade contenham inúmeros regimes que desfrutaram de notável longevidade, todos têm algo em comum: uma hora ou outra, eles ruíram. A democracia ateniense durou cerca de dois séculos. Os romanos governaram por quase cinco. A República de Veneza permaneceu serena por mais de um milênio. Qualquer um que previsse a morte desses sistemas de governo em seus últimos anos poderia facilmente ser alvo de zombarias. Por que, talvez seus contemporâneos lhe perguntassem, um sistema que sobreviveu centenas de anos desabaria nos próximos cinquenta? No entanto, houve um momento em que a democracia ateniense, o governo autônomo de Roma e até a República de Veneza deixaram o palco da história.<sup>1</sup>

Seria bom que levássemos essa lição a sério.

As sete décadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial pos-

sibilitaram às populações da América do Norte e da Europa Ocidental paz e prosperidade inéditas. Ao contrário da maioria dos nossos ancestrais, muitos de nós nunca precisamos enfrentar guerras ou revoluções, fome ou discórdia civil. A ideia de que a democracia pode de repente ceder — que o despontar de uma nova época pode trazer mortes ou fome em vez de tolerância e afluência — vai contra todas as horas e todos os dias de nossa experiência de vida.

Mas a história é repleta de pessoas que não imaginavam que a paz e a estabilidade com que haviam se acostumado ao longo de suas breves vidas poderia, de alguma forma, terminar. Ela é cheia de sacerdotes pagãos e aristocratas franceses, de camponeses russos e judeus alemães. Se não quisermos ter o mesmo fim que o deles, temos que ser mais vigilantes — e começar a lutar pelos valores a que nos apegamos mais fervorosamente.

Durante boa parte do século, a democracia liberal foi o sistema político dominante em quase todo o mundo. Essa época pode estar chegando ao fim.

Nas últimas décadas, países da América do Norte e da Europa Ocidental se tornaram menos democráticos. Nosso sistema político promete deixar o povo mandar. Porém, na prática, é desanimadora a frequência com que ele ignora a vontade popular. Sem que a maioria dos cientistas políticos percebesse, um sistema de direitos sem democracia se impôs.

Mais recentemente, novatos na política tiveram grande sucesso ao prometer que devolveriam o poder ao povo. Mas onde conseguiram formar um governo, tornaram a sociedade bem menos liberal — e logo começaram a ignorar as verdadeiras preferências da população. Na Hungria e nas Filipinas, na Polônia e nos Estados Unidos, direitos individuais e o primado da lei estão

agora sob o ataque coordenado de ditadores populistas. O rival mais sério do sistema de direitos sem democracia acabou sendo um sistema de democracia sem direitos.

Será que a crise atual terminará em uma conversão drástica do liberalismo antidemocrático à democracia iliberal, seguida por uma queda gradual rumo à ditadura total? Ou será que os defensores da democracia liberal são capazes de suportar o ataque populista — e renovar um sistema político que, apesar de todos os defeitos, fomentou paz e prosperidade sem precedentes?

É tentador presumir que os populistas que agora estão em ascensão em muitos lugares do mundo não conseguirão cumprir suas promessas e em breve cairão em desgraça.

Sem dúvida, houve casos em que líderes autoritários foram expulsos do poder após um mandato breve e desastroso. O primeiro governo do Partido Lei e Justiça na Polônia, por exemplo, perdeu sua maioria parlamentar quando um aliado importante desertou em 2007 e sofreu uma derrota estrondosa nas eleições seguintes. Já na Coreia do Sul, milhões de cidadãos foram às ruas em 2016 para protestar contra uma presidente corrupta com predileções autoritárias; Park Geun-hye acabou sofrendo impeachment e agora está reclusa na penitenciária de Seul.<sup>2</sup>

Uma vitória isolada de um ditador populista não precisa significar o fim da democracia liberal. Quando seus defensores se unem contra os populistas, usam manifestações em massa para resistir à sua tomada de poder e os expulsam do cargo na primeira oportunidade, têm uma boa chance de salvar o sistema.

Porém, para cada história de derrota do populismo, há duas ou três de triunfo populista. Em muitos países mundo afora, autoritários subestimados consolidaram seu domínio do poder e tornaram impossível que a oposição os desbancasse em eleições livres e justas.

Na Turquia e na Venezuela, por exemplo, governos populistas promoveram melhoras econômicas reais no primeiro mandato e foram reeleitos com folga. Mas, pouco depois, suas medidas imediatistas passaram a sair pela culatra e a repressão à oposição se tornou cada vez mais cerrada. Quando a popularidade desses governos caiu, esses populistas haviam efetivamente desmantelado os mecanismos de controle independentes. Os defensores da democracia liberal estavam, apesar do empenho, incapacitados de impedir que seus países degringolassem rumo à ditadura.<sup>3</sup>

Assim se estabelece um precedente preocupante para países que acabaram de eleger déspotas ao cargo mais importante do país. Na Índia, na Polônia e nas Filipinas, populistas autoritários assumiram o poder ao longo da última década. Ainda é difícil antevermos até que ponto irão suas investidas contra a democracia liberal ou a eficácia que terá a resistência crescente a eles. Mas o que é certo é que seguiram o mesmo caminho que seus companheiros ideológicos em países que já não podem ser considerados democracias.<sup>4</sup>

Os três primeiros passos dados por Narendra Modi na Índia e Jarosław Kaczyński na Polônia têm uma semelhança impressionante com os três primeiros passos, por exemplo, dados por Recep Erdoğan na Turquia. Isso indica que vão acabar dando também os passos cinco, oito e dez?

Só saberemos com certeza daqui a alguns anos. Existe uma grande possibilidade de que esses países invertam seus rumos. Mas o caminho mais provável agora parece desembocar no mesmo abismo.

A Índia é a democracia mais populosa do mundo. A Polônia há muito é aclamada como o caso mais bem-sucedido de transição pós-comunista. Se autoritários conseguirem consolidar seu

domínio sobre um desses países, será um grande golpe para a liberdade e a autonomia no mundo. Mas as consequências de uma derrocada em direção à ditadura para o destino da democracia liberal em suas terras tradicionais não são tão claras.

Na maior parte da América do Norte e da Europa Ocidental, a democracia existe há muito mais tempo do que em países como a Hungria, a Turquia, a Polônia ou a Índia. A cultura política da região é mais arraigada. Suas instituições são mais consolidadas. Seus cidadãos são mais abastados e instruídos. Assim, como saber se a ascensão dos populistas autoritários será tão desastrosa aqui como em outros lugares?

Nenhum precedente claro pode nos ajudar a responder a essa pergunta. Os cidadãos de democracias supostamente consolidadas jamais foram tão críticos ao seu sistema político. Jamais foram tão abertos a alternativas autoritárias. E jamais haviam votado em déspotas populistas que desdenham tão explicitamente das regras e normas básicas da democracia liberal. Mas, embora seja cedo para fazermos uma previsão segura — que dirá uma conclusão precisa —, os últimos tempos nos ofereceram um teste crucial: a eleição de Donald J. Trump.

Preocupados com a possibilidade de um demagogo conquistar a presidência, os Pais Fundadores confiaram ao legislativo e ao judiciário as ferramentas de que precisariam para fazer frente a um executivo sem rumo: a Suprema Corte pode determinar que uma ordem dada pelo presidente fere a Constituição. E, caso infrinja a lei ou ignore a Justiça, o Congresso pode retirá-lo do cargo.

Mas essas instituições, no fundo, são compostas por nada mais que políticos e burocratas de carne e osso. Se por conivência ou covardia eles não utilizam as ferramentas que os Pais Fundadores lhes confiaram, a letra da lei acaba tendo pouca relevância.

Então o que, na prática, seria preciso para que o Congresso e a Justiça desafiassem o presidente?

Não faz muito tempo, a maioria dos cientistas políticos previa que um homem com os pontos de vista e a personalidade de Donald Trump jamais seria eleito presidente dos Estados Unidos. Mesmo depois de sua eleição, continuaram insistindo em que havia alguns limites que um presidente nunca poderia cruzar sem provocar uma rebelião imediata. Caso um presidente exigisse promessas de lealdade pessoal do diretor do FBI ou caso seus assessores mais próximos colaborassem com uma potência hostil, caso sempre se recusasse a condenar suprematistas brancos ou defendesse a prisão de sua adversária, a reação seria rápida e vigorosa.

A realidade, no fim das contas, é muito mais ambígua.

Em seus primeiros meses no cargo, Trump cruzou todos esses supostos limites.<sup>5</sup> Mas, assim que os olhamos pelo espelho retrovisor, começam a nos parecer cada vez menos graves.

Enquanto escrevo esta conclusão, a maioria dos congressistas republicanos ainda não denunciou os seguidos ataques de Trump contra a democracia americana. Ele ainda conta com o apoio fervoroso de uma minoria substancial de eleitores, inclusive uma grande maioria de autodenominados republicanos. Como ele mesmo gosta de ostentar, não está claro o que precisaria fazer para que isso mudasse.<sup>6</sup>

As coisas podem facilmente piorar. Nos próximos meses e anos, Trump poderia ignorar uma decisão judicial ou demitir ainda outras autoridades que estejam investigando seus supostos desmandos. Poderia fechar um jornal ou se negar a aceitar o resultado de uma eleição.

Se o Congresso e a Justiça agirem com coragem e determinação sob tais circunstâncias, terão grandes chances de conter seus instintos autoritários. Mas a Constituição é incapaz de se defender sozinha. Enquanto os aliados e cúmplices de Trump não se

mostrarem dispostos a pôr o país acima do partido, o risco iminente à República Americana não estará afastado.

Esse é o cenário pessimista. Sem dúvida, há diversos sinais de que talvez democracias liberais sejam mais suscetíveis a uma ocupação populista do que os especialistas costumavam acreditar. Mas também temos algumas boas razões para sermos otimistas quanto à capacidade dos Estados Unidos de renovar sua democracia depois que Trump sair do cargo.

Desde a posse, milhões de americanos exprimiram a oposição a seus atos e políticas mais chocantes. Grupos de oposição de base têm sido muito eficientes em demonstrar que o presidente não fala em nome de todos os americanos. Se seus oponentes conseguirem manter parte de sua energia nos próximos anos, serão um obstáculo formidável a qualquer grande tomada de poder.

As instituições independentes não se opuseram a Trump com a rapidez ou a força que os cientistas políticos talvez previssem há poucos anos. No entanto, estão finalmente começando a dar passos importantes na direção certa. A nomeação de Robert Mueller como procurador especial ajudou a preservar a independência das forças de segurança do país. Alguns republicanos estão até mesmo se dispondo aos poucos a confrontar o presidente no Congresso.<sup>7</sup>

A opinião pública também está começando a mudar. Na verdade, as pesquisas não são um desastre completo para Trump, como seus oponentes gostariam de acreditar ou os estudos que espalham nas mídias sociais, escolhidos a dedo, dão a entender. Mas a popularidade de Trump realmente caiu em seus primeiros nove meses de presidência, deixando-o com menos apoio do que qualquer um de seus antecessores na mesma altura do mandato.<sup>8</sup>

Ainda é totalmente incerto o que o resto da presidência de

Trump pode trazer. Mas, a esta altura, os próximos anos provavelmente serão um campo minado para seu governo. Portanto, quando você estiver lendo isto, a popularidade de Trump talvez tenha atingido níveis ainda mais baixos. Talvez os congressistas republicanos tenham enfim encontrado coragem em suas convicções. Talvez alguns de seus assessores mais próximos tenham sido indiciados. Não é impossível que ele mesmo esteja enfrentando um processo de impeachment — ou já tenha renunciado. E, ainda que nada tão drástico aconteça, é mais provável que perca do que ganhe a tentativa de reeleição.<sup>9</sup>

É tentador levar o enredo otimista um passo além: se Trump for um fracasso retumbante, sua breve presidência terá ajudado a imunizar os Estados Unidos contra a democracia iliberal. Se ao longo dos anos os cidadãos foram adotando uma visão cada vez mais turva de seu sistema político, a perspectiva da queda iminente no autoritarismo parece ter reavivado o apego de alguns cidadãos à Constituição. Se Trump deixar o cargo em desgraça, seu fim poderá forjar um novo espírito de união. Decididos a nunca mais repetir a experiência lúgubre de sua presidência, talvez os americanos se reúnam em torno da bandeira e embarquem em uma fase de renovação cívica. E lutando contra a infecção atual talvez acabem criando os anticorpos necessários para continuarem imunes a novos surtos da doença populista pelas próximas décadas.

Tanto o cenário totalmente pessimista quanto o totalmente otimista acabam soando implausíveis.

É provável que Trump ache complicado recuperar-se do tumulto que criou no primeiro ano de mandato. Com seus índices de aprovação em queda e seus projetos de lei paralisados no Congresso, com uma grande investigação de sua campanha em anda-

mento e legisladores republicanos afastando-se aos poucos do presidente, é possível que careça de apoio para concentrar o poder nas próprias mãos.

Porém os otimistas devem lembrar que Trump poderia causar enorme estrago nas instituições americanas (ou provocar uma guerra desnecessária) mesmo se continuar relativamente isolado e razoavelmente impopular. Ele pode, nos próximos anos, gerar uma crise constitucional. Mesmo se o presidente se vir forçado a recuar de qualquer tomada de poder, é provável que o dano às normas constitucionais dos Estados Unidos seja imenso. O grave risco que Trump representa às regras do jogo democrático está longe de acabar.

Ao mesmo tempo, é concebível que o fracasso do governo Trump seja de algum modo capaz de unir os americanos em torno de um compromisso renovado com a democracia liberal. Mas o mais provável é que aprofunde a já perniciosa divisão partidária do país. Uma minoria relevante de americanos que hoje vê em Trump um herói veria nele um mártir, enfurecendo-se ainda mais contra o establishment político. E até alguns dos apoiadores antigos que se voltarem contra ele talvez cheguem à conclusão de que é preciso depositar sua confiança em uma plataforma ainda mais radical e intransigente se quiserem drenar o pântano da política de Washington.

Como insurgentes populistas no mundo inteiro, Trump é tanto um sintoma da crise atual quanto uma de suas causas. Para começar, só pôde chegar à Casa Branca porque muitos cidadãos estavam profundamente desencantados com a democracia. Por outro lado, esses cidadãos só se desencantaram tão profundamente com a democracia devido a tendências sociais e econômicas de longa data.

Portanto, quando Donald Trump deixar o cargo, é bem possível que seja sucedido por uma figura surpreendentemente con-

vencional. Durante alguns ciclos eleitorais, as rédeas do governo devem ficar de novo nas mãos de um político habilidoso que respeite as normas básicas da democracia liberal. Mas, a não ser que políticos de ambos os lados se unam para enfrentar as tendências que causam o desencanto dos cidadãos perante o statu quo, uma nova cepa de populistas surgirá. E quando o próximo aspirante a ditador assumir a Casa Branca, daqui a quinze ou trinta anos, temo que os Estados Unidos estejam ainda mais vulneráveis a seu apelo. Se a corrosão atual das normas democráticas continuar em marcha, e a profunda divisão partidária continuar inflamada, o sistema imunológico americano estará ainda mais comprometido. O vírus do autoritarismo poderá destruir o corpo político sem enfrentar muita resistência.

O mais provável é que a presidência de Trump não seja mais que a inauguração de uma luta bem mais longa — que irá muito além de sua aposentadoria e se estenderá muito além dos Estados Unidos. Portanto, o exemplo histórico que mais me assombra quando penso no futuro provável da França ou da Espanha, da Suécia ou dos Estados Unidos, não é nem a Hungria nem a Turquia: é a República Romana.

No século II a.C., rápidas mudanças sociais e conflitos econômicos de longa data haviam se fundido em uma mistura tóxica de raiva e rancor. Prometendo acabar com as angústias dos pobres romanos com a redistribuição de terras, Tibério Graco foi eleito tribuno da plebe em 133 a.C. As velhas elites patrícias ficaram horrorizadas e tentaram impedir as reformas mais radicais. Quando tentou derrubar o veto, e a conseqüente crise constitucional não dava sinais de que se aplacaria, o conflito se tornou violento. Em uma cena caótica alimentada pela apreensão mútua, Tibério Graco e seus trezentos seguidores foram mortos a golpes

de porrete. Foi o primeiro surto de distúrbios civis em grande escala na história da República Romana.

Na esteira do assassinato de Tibério, a relativa calma voltou a Roma. Porém, uma década depois, seu irmão, Caio Graco, o sucedeu como tribuno. Tentando instituir reformas ainda mais radicais, e provocando uma crise constitucional ainda mais severa, também foi morto por seus oponentes políticos. Dessa vez, 3 mil seguidores seus foram executados.<sup>10</sup>

No decorrer das décadas seguintes, esse padrão se repetiu vezes sem conta. A administração tumultuada do tribuno de um povo orgulhoso gerava conflitos violentos com patrícios obstinados. A normalidade era restaurada por algum tempo. As paixões arrefeciam. A paz voltava. Mas os problemas latentes da república não haviam sido resolvidos, e a raiva que provocavam permanecia à espreita.

Como resultado, o estilo político disseminado pelos Graco e perpetuado por seus oponentes moldou a República Romana até muito depois de saírem de cena. A cada dez anos, mais ou menos, um novo seguidor deles conseguia chegar ao poder. As normas e regras da República Romana eram cada vez menos capazes de conter a investida.

Não houve um ponto de ruptura ou momento claro em que os contemporâneos se deram conta de que suas instituições políticas haviam se tornado obsoletas. No entanto, ao longo de um século turbulento, a República Romana aos poucos definhou. À medida que as antigas normas de contenção desmoronavam, a violência saía do controle. Quando os romanos comuns perceberam que tinham perdido a liberdade de autogoverno, já fazia tempo que a república havia se perdido.<sup>11</sup>

No auge de seu reinado cruel, Nero passou a humilhar os rivais e matar seus parentes. Assassinou a mãe e o meio-irmão.

Executou uma longa sucessão de políticos experientes. Em seguida, voltou sua atenção para um influente senador de uma célebre família romana. Floro, ele ordenou, deveria dançar em seus jogos, passando vexame diante de uma plateia zombeteira.

Floro não sabia o que fazer. Caso obedecesse à ordem, validaria o governo de Nero e causaria a humilhação de sua família. Caso se recusasse, provavelmente Nero mandaria matá-lo. Em uma busca desesperada por conselho, Floro recorreu a Agripino, o famoso filósofo estoico.

Os estoicos eram conhecidos por afirmar que pessoas com formação filosófica correta eram capazes de superar as circunstâncias. Ninguém, segundo a lógica deles, pode fazer sua cabeça. Contanto que aprenda a ser indiferente a tudo o mais — abrindo mão do apego aos bens materiais e até a outras pessoas —, seu bem-estar estará sob controle. Um verdadeiro filósofo, concluíam, pode ser feliz mesmo sob tortura.

Assim, ao recorrer a Agripino, Floro não estava tomando uma decisão neutra. Dado o que provavelmente sabia sobre a filosofia estoica, ele devia esperar que o conselho seria inequívoco: “Encare o tirano. Não se preocupe com o que lhe acontecerá depois de fazer a coisa certa”.

Mas não foi isso o que Agripino disse a Floro. Na verdade, ele lhe disse que sua decisão já não fazia diferença: “Vá participar dos jogos!”.

Floro ficou desconcertado: “Então por que você mesmo não participa?”, indagou.

“Porque nem sequer cogitei essa possibilidade”, explicou Agripino. “Quem se rebaixa a considerar esse tipo de coisa já está em vias de perder o caráter. Será a vida preferível à morte? Sim. Será o prazer preferível à dor? Claro que sim. ‘Se eu não participar do trágico espetáculo’, você me diz, ‘ele vai cortar a minha cabeça!’ Vá, então, e participe dos jogos. Mas eu não vou.”<sup>12</sup>

\* \* \*

Tenho pensado muito nos estoicos nos últimos meses. A sua visão de mundo é de uma austeridade desanimadora. Conforme eles mesmos reconheciam, a única forma de ganhar total controle do destino é se tornar indiferente a tudo que nos rodeia. Se você ama alguém, não consegue ser feliz se coisas terríveis estiverem acontecendo com esse alguém. Se gosta de seus compatriotas, não consegue ficar contente caso estejam passando por dificuldades financeiras ou sofrendo discriminação racial. E, se se importa com valores como liberdade ou igualdade, será incapaz de manter a serenidade quando o destino da democracia liberal está em jogo.

Por todos esses motivos, não me considero um estoico. Longe de ficar indiferente a coisas que fogem ao meu controle, eu as valorizo tanto que me disponho — com gosto, até — a entrelaçar o bem-estar delas com o meu. Estar contente enquanto tudo ao meu redor desaba não me parece ser a vida de um filósofo evoluído, mas sim a de um cínico ou de um sociopata.

No entanto, existe uma fonte de sabedoria profunda nos ensinamentos dos estoicos. Pois eles reconhecem com razão que nunca faremos a coisa certa se sempre calcularmos o resultado provável dos nossos atos. Quando nos deparamos com perigos reais, os incentivos sempre nos levarão à inércia ou à aquiescência:

“Eu devia protestar. Mas que diferença vai fazer?”

“Eu devia denunciá-los. Mas como é que vou sustentar minha família se eu perder o emprego?”

“Eu devia enfrentar o governo. Mas o que eu vou fazer se seus partidários vierem atrás de mim?”

Agripino, portanto, tinha toda a razão em um ponto importante: se eu esperar o perigo iminente para entender quais riscos estou disposto a correr, é provável que me perca no momento de-

cisivo. Já que espero fazer a coisa certa quando a coragem for mais necessária — e quando for mais difícil tê-la —, estou tentando aceitar seu conselho. Muito antes de realmente esbarrar com uma decisão arriscada, estou construindo a determinação de fazer a coisa certa.

Um dos grandes privilégios da vida em uma democracia estável é não termos que enfrentar esse tipo de questão com muita frequência.

Até pouco tempo atrás, a maioria de nós vivia em uma época normal. Apostávamos na política. Mas raramente precisávamos de muita coragem para defender nossos valores mais estimados. Fazer a coisa certa não exigia grandes sacrifícios. Se perdêssemos uma batalha importante, sabíamos que haveria outra chance de vencer a guerra.

Agora, em comparação, estamos ingressando em uma época extraordinária. A aposta na política se tornou uma questão de vida ou morte. Nos próximos anos, precisaremos de cada vez mais coragem para defender os valores que prezamos. Se é para fazer a coisa certa no momento decisivo, temos que estar dispostos a fazer sacrifícios. Pois se perdermos as próximas batalhas para os populistas, a guerra talvez acabe cedo demais.

Felizmente, há muito que nós, desejosos de que a democracia liberal sobreviva à alvorada do populismo, podemos fazer: podemos ir às ruas enfrentar os populistas. Podemos lembrar a nossos compatriotas as virtudes da liberdade e da autonomia. Podemos estimular partidos tradicionais a abraçarem um programa ambicioso, capaz de revigorar a promessa da democracia liberal de um futuro melhor para todos. E se conseguirmos vencer — como torço muito para que aconteça — podemos reunir o decoro e a determinação necessários para trazer nossos adversários de volta para o lado da democracia.

Por ora, é impossível prever qual será o destino final do nosso sistema político. Talvez a ascensão dos populistas acabe sendo uma fase passageira, lembrada com uma mistura de perplexidade e curiosidade daqui a cem anos. Ou talvez seja uma mudança monumental, o prenúncio de uma ordem mundial em que os direitos individuais serão constantemente violados e o verdadeiro autogoverno sumirá da face da terra. Ninguém pode nos prometer um final feliz. Mas aqueles que de fato apreciam nossos valores e instituições estão decididos a lutar por suas convicções sem se importar com as consequências. Embora os frutos do nosso trabalho sejam incertos, faremos o que for possível para salvar a democracia liberal.